

## COP-16 - Mudanças Climáticas

## As negociações de Cancún

A CONFERÊNCIA das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CCNUCC), realizada em Cancún, no México, a chamada COP-16, entre 29 de novembro a 10 de dezembro, contou com 194 países participantes. Lá também estavam presentes o anfitrião da conferência, o presidente do México, Felipe Calderón, e a secretária-executiva de mudança climática da ONU, Christiana Figueres. Do Brasil, participaram, como negociador-chefe brasileiro, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo e mais a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

A CCNUCC é um tratado internacional que reúne 194 países signatários, destinado a enquadrar os progressos a serem feitos em escala mundial, para reduzir o aquecimento climático global.

Do fiasco da COP-15, realizada em Copenhague, na Dinamarca, em 2009, com as expectativas pessimistas que pairavam

sobre o evento, alguns avanços ocorridos nas negociações chegaram até a surpreender, como na questão do Fundo Verde.

Mas muitas decisões foram postergadas para 2011, em Durban, cidade da África do Sul onde acontecerá a próxima cúpula climática. ■

## Principais pontos da COP-16

## 1. Protocolo de Kyoto

Convoca os países desenvolvidos a discutirem uma nova fase de compromissos de redução de emissões sob o Protocolo de Kyoto, cuja primeira fase expira no fim de 2012, "para garantir que não ocorra um hiato" entre os dois períodos.

Não requer, por enquanto, que as nações assinem compromissos para o período posterior a 2012. O Japão liderou a oposição à prolongação do Protocolo, alegando que é injusto, porque não inclui os dois maiores emissores: Estados Unidos (porque não o ratificaram) e China (por ser um país em desenvolvimento).

## 2. Ajuda para os países em desenvolvimento

Formação de uma nova instituição, o Fundo Verde, para administrar a ajuda financeira dos países ricos aos mais pobres. A promessa da União Europeia, do Japão e dos Estados Unidos é de uma ajuda imediata de US\$ 30 bilhões e contribuições que devem chegar a US\$ 100 bilhões anuais em 2020.

Tendo o Banco Mundial como tesoureiro interino por três anos, o Fundo Verde Climático será dirigido por um conselho de 24 membros, com igualdade de representação de países desenvolvidos e em desenvolvimento, junto com representantes dos pequenos Estados insulares, mais ameaçados pelo aquecimento.

Criação de um centro de tecnologia climática e uma rede para ajudar a distribuir o conhecimento tecnológico aos países em desenvolvimento, com o objetivo de limitarem as emissões e se adaptarem aos impactos das alterações climáticas.

## 3. Freio no aquecimento

Diante da necessidade urgente de realizar "fortes reduções" nas emissões de carbono para evitar que a temperatura média do planeta aumente mais de 2°C, em comparação com os níveis da era pré-industrial:

Convoca os países industrializados a reduzirem suas emissões entre 25% e 40% em 2020 em relação ao nível de 1990. Esta parte encontra-se incluída no Protocolo de Kyoto e, por isso, não inclui os Estados Unidos, que nunca o ratificaram.

Concorda em estudar novos mecanismos de mercado para ajudar os países em desenvolvimento a limitarem suas emissões e discutirem essas propostas na próxima conferência, no fim de 2011, em Durban (África do Sul).

## 4. Fiscalização das ações para reduzir as emissões

Os países em desenvolvimento, especialmente China, Brasil e Índia, a cada dois anos, para mostrarem os seus inventários e as ações para redução de gases de efeito estufa, divulgarão relatórios, que serão submetidos a consultas e análises internacionais "não intrusivas", "não punitivas" e "respeitando a soberania nacional".

## 5. Redução do desmatamento

Traz o objetivo de "reduzir, parar e reverter a perda de extensão florestal" nas florestas tropicais. O desmatamento responde por 20% das emissões de gases de efeito estufa globais. Pede aos países em desenvolvimento que tracem seus planos para combater o desmatamento, mas não inclui o uso de mercados de carbono para seu financiamento. Exorta também todos os países a respeitarem os direitos dos povos indígenas.

Brasil fixa limite de CO<sub>2</sub>

A ministra brasileira do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anuncia o decreto de regulamentação da Política Nacional de Mudanças Climáticas, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Brasil chegará a 2020 com emissão máxima de 2,1 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> por ano. Para isso, fica obrigado a publicar anualmente estimativas do total de emissões do País, que facilitarão a verificação do compromisso assumido.

Com a lei regulamentada, o Brasil se torna o primeiro país em desenvolvimento a estabelecer um limite absoluto para o quanto vai poluir. O teto autoimposto pelo Brasil representa ainda uma redução absoluta de 6% em relação a 2,2 bilhões de toneladas que o País emitia em 2005, ano do último inventário de gases estufa.